



Mário Abrantes
mariowabrantes@hotmail.com

O direito a um futuro melhor

Entrámos numa fase diferente da marcha vital para o próximo futuro. No quadro de um abrandamento das medidas restritivas do anterior estado de emergência, a continuidade do potencial perigo de infeção pelo novo vírus transferiu para todos uma carga acrescentada de responsabilidade individual pela salvaguarda da contaminação dos outros e de nós próprios.

Assim, as regras de proteção básica que continuam vigentes, apesar da abertura faseada por ilhas das restrições sanitárias, só terão efeito real de prevenção de novas infeções pela doença, agora aparentemente controlada, se forem assumidas pelos cidadãos mais rigorosamente ainda do que antes. Refiro-me naturalmente à comunicação de eventual sintomatologia à Linha de Saúde Açores, ao dever de recolhimento, ao distanciamento social de pelo menos 2 metros, ao uso de máscaras de proteção em espaços confinados ou mesmo ao ar livre, e ainda às regras de higiene sanitária já conhecidas, em particular à higiene das mãos e à etiqueta da tosse e do espirro.

Quanto às medidas, e respetivo calendário, já adotadas pelos Açores para a fase atual da evolução da pandemia, incluindo a situação económica e social subsequente, merecem no essencial a nossa concordância. Destaco em particular a continuação das limitações nas ligações aéreas de passageiros com o exterior e correspondente quarentena obrigatória em unidades hoteleiras, e o pagamento atempado pela Região das participações financeiras visando diretamente a liquidez das empresas mais atingidas pela crise e a manutenção dos postos de trabalho por via da sua conversão a fundo perdido caso não existam despedimentos até ao final do ano. A minha estupefação, entretanto, face à crítica do líder regional do PSD às medidas de recuperação económica: “Mais vale ser generoso no apoio público...do que ficar amarrado à rigidez orçamental”. Além de plagiar do PCP a autoria do princípio, estamos perante uma retórica pouco credível de negação e ocultação do que foram 4 anos de prática do último governo do seu partido, com o CDS, na República...

No entanto estas medidas deveriam ir mais além no caso dos trabalhadores em lay-off, apesar do complemento regional aprovado para as empresas nessa situação, pois na generalidade das micro e pequenas empresas eles irão receber líquido menos que o salário mínimo; na insistência junto do poder central para a concretização do regime especial para os trabalhadores despedidos da Cofaco do Pico; no apoio aos trabalhadores independentes a recibo verde, em particular os do primeiro ano que não recebem apoio nenhum; na substituição dos dividendos a receber da EDA por um apoio à baixa dos preços da eletricidade; no apoio à agricultura tanto no que concerne à proteção dos preços do leite como na dinamização da aquisição a preços justos da produção agroalimentar regional, bem como na promoção do seu consumo, e ainda na salvaguarda da atividade piscatória e do rendimento dos pescadores tendo em conta as atuais dificuldades de exportação para o exterior.

Mas a médio prazo, vencida a pandemia, a crise económica e social perdurará, tal como o aumento da pobreza, a pressão para os despedimentos e a desregulação das relações laborais por via do teletrabalho e da robotização porque, pelos exemplos desastrosos dos campeões do neoliberalismo (EUA e União Europeia) no combate à pandemia, o seu modelo de desenvolvimento se revelou caduco. Ele terá de ser substituído por outro onde não caibam mais privatizações de empresas e setores públicos fundamentais, como no caso da SATA, da Fábrica de Sta. Catarina ou da Saúde, e antes se assista a um reforço do setor público na economia, a um investimento público sério na saúde, na educação, na ciência e no ambiente, e ao apoio mais regular, pela salvaguarda da produção regional, às micro, pequenas e médias empresas que abrangem mais de 75% da mão-de-obra. A verdade é que o neoliberalismo dominante foi infetado mortalmente pela pandemia e a sua eventual sobrevivência, além de útil só para alguns, custaria muito cara a todos...



Chrys Chrystello*

O uso comunitário do PC do professor

“O Estado nada paga, nem vai pagar pela aquisição do equipamento pessoal e de uso doméstico do material informático dos professores e nada consta que esteja disposto a assegurar o pagamento do seu acesso por banda larga ou por lenta internet...”

Agora ouvem-se os clamores de reabertura da sociedade e compreende-se, depois de tanto tempo sem faturar e com os novos desempregados que por aí andam, as empresas não terão dificuldade em substituir os que tenham medo de voltar a trabalhar.

Houve países onde o fator R ao chegar a 0,7 permitiu a abertura, em Portugal a vida vai retornar à normalidade com mais de 1,1%, porque a vida nunca pode parar e quem move a vida é a economia.

A indústria hoteleira quer que seja o Estado a pagar as proteções e as novas medidas necessárias para a reabertura (fatos, máscaras, limpezas extra, etc.), as outras indústrias pedem mais apoios pela falta de vendas derivadas do fecho semi-tário

E como diz o bom velho ditado entre feridos e mortos alguém há de escapar, ago-ra que a TAP pensa trazer turistas todos os dias para os Açores.

Era noticiado hoje que um estudo da Universidade de Singapura prevê que a pandemia de COVID-19 termine a 17 de julho em Portugal. Baseando-se na curva epidemiológica de cada país afetado pelo novo CORONAVÍRUS, o estudo sugere ainda que a crise seja dada como terminada em todo o mundo a 1 de dezembro deste ano. Assim, já muita gente que se queixava pode ir a banhos em agosto e deve poder voltar à aldeia no natal, que isto de estar confinado dentro de quatro paredes não é para humanos.

No ensino, o secretário regional da educação conta que tudo é um mar de rosas, os sindicatos e alguns professores contestam. Li, algures, que um aluno a quem foi emprestado um PC demorou mais de meia hora a entender como abrir o e-mail, não sei quanto tempo demorou a responder ou como o vai utilizar. Mas, no ensino, o que me choca mais é a tutela exigir dos professores computadores com câmara de vídeo, acesso internet e tudo o mais a custo zero. Ora vejamos, o Estado nada paga, nem vai pagar pela aquisição do equipamento pessoal e de uso doméstico do material informático dos professores e nada consta que esteja disposto a assegurar o pagamento do seu acesso por banda larga ou por lenta internet... Ora bem, isto faz lembrar os novos cartões contrastados pelos CTT que disponibilizam a sua viatura própria para distribuírem as cartas, mas estes recebem uma compensação miserável, enquanto os professores nada recebem... E nesta classe onde os seus dirigentes sindicais sempre se insurgem contra tudo e todos não se ouviram ainda vozes discordantes contra este uso abusivo não-remunerado de material informático e acesso à rede. Pena que todos, como bons carneiros que sempre foram tenham aceite esta diretiva sem a questionarem e sem exigirem retribuição. E este terceiro período de faz de conta, com tele-escola, trabalhos por e-mail e telefone ou Skype ou zoom ou qualquer das plataformas existentes, tudo vai bem a acreditar no douto secretário da educação e vai ser um sucesso maior que o Pró-Sucesso.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício 297713 (Australian Journalists' Association MEAA)